

POSIÇÕES METODOLÓGICAS DA HISTORIOGRAFIA MODERNA: O QUALITATIVO E O QUANTITATIVO (*)

CÉLIA FREIRE D'AQUINO FONSECA
Profª do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ

Diante das críticas aos novos métodos de pesquisa no estudo da história, comuns nas universidades brasileiras, parece-nos oportuno tratar de metodologia histórica, nesta oportunidade. O fato é que os velhos como os novos métodos têm acolhida e aplicação corriqueira nos grandes centros universitários da Europa e dos Estados Unidos. Não há conflitos nem exclusão de uns ou de outros processos. Assim, não admira que a maioria das contestações mostre, sobretudo, equívocos e desatualização. Correspondente à facilidade com que surgem *historiadores* numa sociedade onde a História é terra de ninguém, subjetiva e cheia de mitos, e raramente construída à base de documentação idônea e indispensável. Documentação já não digo privilegiada — pois há séries de documentos e setores essenciais para uma razoável construção histórica — mas digna de credibilidade e que tenha passado pela prova indispensável de uma crítica interna, senão de grande rigor ao menos aceitável, técnica e metodicamente realizada. E, neste ponto, estamos em pleno domínio do antigo e indispensável método histórico, sem o qual não pode haver História científica ou mesmo apenas digna de credibilidade. Pois os novos métodos só podem ser empregados sobre material histórico verdadeiro; portanto, após a verificação de sua autenticidade e da veracidade de suas informações.

Quando se trata de material repetitivo, sobre o qual poderá ser aplicado o tratamento estatístico — a tão agredida História Quantitativa — a crítica da autenticidade, em grande parte, coincide com a de veracidade. Assim como no método clássico o problema da veracidade já é parte da interpretação, embora não o seja de modo total. Nos novos processos acontece o mesmo com os resultados do tratamento estatístico, sobre o material selecionado. Os novos métodos, portanto, não são propriamente incompatíveis mas complementam os antigos.

As técnicas de aplicação recente, em vários casos, não só trazem novas informações como contribuem para maior precisão do trabalho histórico. Ao contrário de certas objeções — certamente devido à pouca disposição dos opositores de se informarem em bibliografia hoje abundante e, até, algumas boas traduções (1) — os novos métodos não se opõem à antiga e clássica metodologia, indispensável no levantamento do material básico, mas preenche funções que aquela não alcançava. Como escreve Charles Samaran, no prefácio a uma das mais recentes e sérias obras sobre Metodologia histórica; “*Não existe his-*

(*) Publicado anteriormente pelo Instituto de Geografia da USP, na coleção *Métodos em Questão*, nº 10. São Paulo, 1975 15 pp.

tória sem crítica preliminar dos testemunhos, quaisquer que eles sejam” (2). O que nos remete, de imediato, às críticas externa e interna, isto é, ao método clássico histórico. Pois a questão fundamental da história é conhecer a realidade e, após estabelecer do modo mais aproximado a diferença entre o verdadeiro e o falso, tornar possível a reconstrução dos acontecimentos. Mas não apenas a reconstrução dos acontecimentos — nem insistir no espetacular como supõe a maioria do público alheio ao trabalho histórico e suas questões fundamentais — mas, ainda, as suas relações com as estruturas, sua permanência no Tempo, e as mudanças da sociedade e, portanto, de seu arcabouço geral. Daí porque a importância dos famosos *modelos*, em que tanto insistem os estruturalistas, é muito mais teórica e relacionada a uma metodologia do que capazes de nos apresentar a realidade. Metodologia controvertida e bem mais estreita do que os processos atuais da História, que visam abranger aspectos de uma realidade mais rica e menos esquemática que a suposta pelos discutidos *modelos*. Voltaremos adiante à questão.

Procura a História compreender, sem valorizações indevidas (3), os homens e suas instituições, a continuidade e as mudanças na sociedade humana. Conhecer a realidade é meta que não é possível se alcançar sem esforço de objetividade, método rigoroso e obstinação na busca da verdade. Daí porque concordam, de modo geral, os autores que se ocupam de metodologia histórica em que o objetivo essencial da História é apreender a Verdade (4) — os demais objetivos serão sempre complementares. Justamente por esta busca da verdade a História afastou-se do mito, desde que se constituiu de maneira científica e aperfeiçoou um método rigoroso. Método do qual não pode abrir mão e que cada vez amplia mais, com a utilização de novos processos.

Na investigação da realidade histórica, da veracidade sobre acontecimentos, instituições e relações entre os homens, os métodos não só revelam sua importância na pesquisa, como características diversas e progresso científico crescente. Assim, a metodologia clássica não se libertava de preocupações com acontecimentos que, mesmo não sendo superficiais, não raro comportavam certas valorizações. O que engloba, portanto, menor objetividade e alguns desvios para problemas de menos importância e amplitude do que aqueles tratados pelos novos métodos. Exemplos típicos são os antigos trabalhos biográficos, sobre reis, rainhas ou figuras de preeminência política ou social, em que os historiadores levavam anos de pesquisa para estabelecer detalhes, em geral mais pitorescos do que de importância essencial. Gênero hoje muito pouco cultivado nos grandes centros de pesquisa histórica do mundo — a não ser por amadores sem formação metodológica específica — apesar de muito vendável. Daí se ligar mais ao romance e à literatura do que à história científica. Exemplo típico é o livro sobre Maria Antonieta, do romancista Stefan Zweig, em que a problemática principal se resume na defesa moral da rainha, apesar dos bailes e das mascaradas. E essa ótica em época de tanta importância para o mundo ocidental como a da revolução francesa, acontecimento dos mais importantes e de tantas repercussões através dos séculos. Por tais motivos é que J. Huizinga, autor de um dos mais sérios e belos livros que já se escreveu sobre uma fase histórica — **O outono da Idade Média** — considera forma perniciosa a

história romanceada (5). Menos apenas do que a história manipulada, para fins políticos ou outros (6). Condena-as devido à falsidade que cada um desses gêneros contém e que, uma vez admitida, tanto pode ser usada para uma direção como para qualquer outra. É a própria negação da História pesquisa da verdade, pois História manipulada é sempre falsidade, mito, anti-verdade.

Note-se, Huizinga não se insurge contra a novela histórica pois esta não se pretende História, apenas se inspira no passado, mas se *oferece como pura literatura, sin la pretención de valer como verdad estricta, aun cuando crea el autor que su representación del ambiente histórico es exacta. La historia literaria de hoy, en cambio, pienso en la biografía ornada como la crearon Emilio Ludwig y otros, pretende dar historia, pero lo hace no sólo con un exceso de medios literarios, sino también – y esto es importante – con una intención en el fondo literaria. No les importa la parte sobria de la verdad conocida. La suplen con pormenores imaginados, de índole psicológica, con más colorido local del que permite la tradición. Es Historia perfumada.*

Esta gente ignora la resignación del no saber y el buen gusto de las cosas calladas (7).

Apesar da extensão da citação, em vista da autoridade do historiador, e da propriedade da mesma, prosseguimos, ainda, com o trecho de Huizinga: “Se puede alegar que la demanda de esse género prueba, sin embargo, la existencia de una sed de lectura histórica que la ciencia no ha sabido satisfacer. Es imposible negar-lo pero queda permitido preguntar si ese interés por la Historia demasiado adornada no significa una debilitación del juicio y una degeneración del gusto, una indolencia espiritual de público formado en el cine. Hace un siglo leía el público culto con gusto Castelar, Macaulay y Ranke. (. . .) Sea lo que fuere, bien se me concederá que el historiador serio nunca deba participar en la tendencia a una adaptación literaria adornada” (8).

Pronunciava Huizinga essa conferência em 1934, quando relacionava o gosto pela História romanceada a uma deficiência ou uma queda do nível cultural do mundo. Atribuía também certa preguiça mental ao cinema surgido há pouco. Que não se pode dizer do abuso dos áudio-viduais, dos vestibulares com respostas em cruz, dos países de minguada tradição cultural e difíceis condições materiais, e que não estimulam a compra de livros? Sem dúvida é impossível a censura, mas nem porisso será possível a indiferença ou simpatia por uma situação semelhante. Razão porque, também são necessários os protestos – que significam luta por uma mudança da situação.

A aplicação dos novos métodos contribuem, no estudo da História, para a apreensão de uma realidade mais ampla e verdadeira, como já observamos. Pois eles se dirigem, de preferência, aos estudos das estruturas básicas de uma nação, às diversas conjunturas que comandam muitos dos acontecimentos de importância, movimentos demográficos, econômicos, de produção e de comércio, e muitos outros.

A preferência setorial de cada um dos tipos metodológicos de investigação corresponde, também, a substituição da figura dos heróis por áreas mais amplas da coletividade, no seu esforço para maior desenvolvimento material e

geral. Em conseqüência, a investigação histórica contemporânea tende a desmistificar o falso — mesmo enfrentando a incompreensão por sacrificar o agradável e o glorioso tradicional — e amplia os horizontes da compreensão sobre os homens e as possibilidades de cada época. E até de cada área estudada em um determinado momento histórico. Modifica-se, assim, graças a métodos mais abrangentes, apesar de não exclusivos, a *noção de importância* em relação à seleção do material e aos estudos históricos. A esse respeito é elucidativa não só a correspondência de Pierre Lebrun, *Structure et quantification — Reflexions sur la science historique* (9), como a de M. Jan Craeybeckx, *La notion importance à la lumière de l'histoire moderne* (10). Ambos insistem na característica de complexidade dos fatos sociais, lembrando Lebrun que *o concreto é constituído de totalidades únicas apesar de suscetíveis de conhecimento e na necessidade de complementariedade dos métodos de investigação no campo das ciências sociais* (11).

Craeybeckx escreve que, através dos métodos quantitativos, *o historiador poderá trocar, onde for possível, a noção de causa, no sentido vulgar, pela de combinações de fatores ponderados que em conjunto criam graus de probabilidades* (grifos nossos), e mostra que o alargamento da área do quantificável revaloriza também outras áreas (12). Ressalta, ainda, quanto a margem de incerteza é reduzida no quantificável, e se ocupa com propriedade da questão das regularidades nas estruturas de uma sociedade (13). Como Lebrun, não subestima o problema fundamental das mudanças e de sua dinâmica, remetendo-nos à conferência famosa de Fernand Braudel sobre os movimentos de diferentes durações nos vários setores da sociedade (14). Em conferência sobre o mesmo tema, em 1950 no Collège de France, Braudel apontava as ilusões do factual, que chamava *“história-recita, cara a Ranke . . . reflexos mas sem claridades; fatos mas sem humanidade”* (15). E prosseguia o historiador do Mediterrâneo e de sua economia: *“Notai que esta história-récita tem sempre a pretensão de dizer as coisas como elas se têm realmente passado. Ranke acreditou profundamente nesta frase logo que ele a pronunciou. (. . .) Por ela a vida dos homens é dominada por acidentes dramáticos; pelo jogo dos seres excepcionais que surgem, mestres freqüentemente de seu destino e mais ainda do nosso (. . .). Falaciosa ilusão, nós o sabemos todos. Ou diremos, mais equitativamente, visão de um mundo estreito, familiar à força de ter sido prospectado e posto em causa, onde o historiador se distrai a freqüentar os príncipes desse mundo — um mundo, ainda mais, subtraído do seu contexto”* (16). E vem a lição do grande mestre, na sua aula inaugural no Collège de France: *“A tarefa é justamente passar essa primeira margem da história. É necessário abordar, nelas mesmas e por elas mesmas, as realidades sociais. Eu compreendo nesse conceito todas as formas amplas da vida coletiva, as economias, as instituições, as arquiteturas sociais, enfim as civilizações, sobretudo elas”* (17).

Fala ainda Braudel nos imensos erros de perspectivas se o historiador não considerar, ainda, os ritmos diferentes das civilizações (estruturas), economia e técnica (mais trabalhadas pelas conjunturas) e dos acontecimentos (história factual). Os primeiros correspondem à longa duração, os segundos a

um tempo médio maior ou menor, e a história factual ao que chama o tempo curto. Ressalta Braudel, ainda, as dificuldades e as exigências maiores de uma história mais moderna e ampla. História que não só exige novos métodos, a fim de complementar a antiga metodologia, como porque é necessário *por em dia uma enorme documentação que responderá a estas novas questões* (18). A ponto de escrever que *duvida ser o habitual trabalho artesanal do historiador à medida das novas dimensões da história* (19), para acrescentar: *não há salvação fora dos métodos do trabalho por equipes* (20).

Exigências da nova história que são grandes razões, sem dúvida, porque professores ou *historiadores* improvisados se atiram contra esse tipo de investigação. Agarram-se com tanto mais força à busca ou pesquisa exclusiva dos acontecimentos, isto é, do material histórico apenas, quanto menos condições têm de compreender que a História é a construção que esse material possibilita (21), e não apenas o entulhar de fatos, datas e nomes. É preciso dizer, aliás, para honra de muitos pesquisadores brasileiros que não escrevem história propriamente, que sempre é muito importante a pesquisa e publicação de documentos (material histórico que um dia será cientificamente trabalhado), como os mais conscientes não se dizem historiadores, o que já comprova a avançada consciência histórica que possuem. O público alheio à metodologia é que insiste em classificá-los historiadores. Alguns, também, por se julgarem igualmente autores de histórias, tanto mais subjetivas quanto menos noção têm dos necessários processos de investigação e das problemáticas essenciais de cada época. O mesmo se pode dizer da grande maioria dos trabalhos americanos, sob encomenda ou estímulo do poder nos U.S.A., em geral mais reportagens históricas e investigações altamente financiadas do que história séria ponderada. Raramente com a amplitude e profundidade com que se orientam as pesquisas européias sob a direção e sugestões de historiadores como Braudel, Philippe Wolf, Renouard, Godinho, Gentil da Silva, Vilar e outros. Todos, autores de obras definitivas, apoiadas em vasta documentação e com domínio absoluto de técnicas e métodos indispensáveis, além da necessária erudição e conhecimento dos períodos em que se situam os acontecimentos ou setores de que tratam. Longe dos acontecimentos apenas espetaculares ou de curto prazo, vendáveis mas que dificilmente escondem uma nova forma de diplomacia ou maneira indireta de opinar e influenciar nações vizinhas. Salvo saudáveis exceções, como são exemplos as obras de Alan Manchester sobre a grande influência inglesa no Brasil do século XIX, ou a de Stanley Stein sobre o café no Vale do Paraíba, e algumas outras. É preciso ressaltar, aliás, que uma das primeiras grandes teses de doutoramento em universidade americana, de grande repercussão no Brasil, foi a do brasileiro Gilberto Freyre, cujo trabalho foi a raiz de *Casa Grande & Senzala* (22).

No caso das recentes obras americanas, é muito esquecida a questão de financiamento quando, no Brasil, se reclama dos estudiosos de ciências sociais e históricas, sem falar no desinteresse de publicação das novas e numerosas teses, de muito melhor qualidade do que a maioria do público imagina. Ao invés são republicadas — e quase em toda seção especial de jornais de domingo alguém estranho à especialização reclama essas republicações — antigos autores, freqüentemente ultrapassados em numerosos e essenciais aspectos, mas conhe-

cidos e um tanto legendários. Ficariam surpresos de verificar, em muitas teses e novos trabalhos históricos, a influência da nova metodologia e estágios em grandes centros culturais europeus, com ótimos resultados na investigação de temas brasileiros, e não só nos últimos anos (23).

A fecundidade dos novos enfoques históricos, em especial das diretrizes apontadas não só por Marc Bloch, Lucien Febvre e Braudel, como de seus colaboradores da École Pratique des Hautes Études, a conhecida *École des Annales*, sem dúvida muito influenciou as demais ciências afins, como a economia, a antropologia, a sociologia e outras. No Brasil, no entanto, o fato é muito ignorado. Por este motivo é de certo modo divertido ver aprendizes de Ciências sociais repetindo, sem o saberem, o que historiadores vêm escrevendo há quase um século. Assim ouvi-los dizer que História não pode ser apenas datas e nomes, o que desde 1921 escrevia Wilhelm Bauer (24). E a Introdução à História, de Bauer, apesar de obra séria de metodologia é para utilização de alunos e estudiosos. Portanto, manual escolar universitário de divulgação. Nem o autor citado foi o primeiro a insistir nesse ponto. Basta dizer que François Simiand, desde o 1º terço do século escreveu sobre salários e preços na França, em tempo de longa duração. D'Avenel, aliás, escrevera sobre o mesmo assunto, de forma menos apurada, desde 1899 (25).

Recentemente Althusser utilizou, com grande proveito, a concepção de Braudel sobre os diferentes ritmos de tempo (26), mas, se citou o grande historiador, foi quase *en passant* (27). Colaboradores seus mais desavisados, ou de menos cultura, como seguidores ainda mais equivocados fora da França, ignoram Braudel e citam apenas Althusser (28), numa estranha mudança de autoria em tema de tanta importância. Não é de admirar que Pierre Vilar, em debate com a chamada escola de Althusser tenha dito que *"a passagem em que Althusser faz alusão aos tempos históricos, quer dizer aos três tipos de tempos que Fernand Braudel tão bem distinguiu, toque sem dúvida em um dos pontos fundamentais da reflexão histórica contemporânea, mas eu não estou certo de que ele tenha compreendido bem a maneira como esta concepção penetrou na prática do historiador"* (29). Durante o debate, Pierre Vilar diz, ainda: *"ele, a todo instante, faz como se os historiadores não tivessem, eles mesmos, colocado o problema"* (30).

Magalhães Godinho escreve, com propriedade, sobre tais questões: *"estão em voga as teorias do corte – corte absoluto, para trás do qual tudo está ultrapassado e deixou de interessar. O corte pode ser Feuerbach, ou Marx, ou até o Marx unicamente a partir de 1847 (ou 1859, ou . . .); (. . .) ou o que está antes de Feuerbach, ou antes de Hegel (. . .) Marx tem sido lido por muitos, e comentado e discutido; mas foi preciso esperar por Althusser para se ler Marx . . . (. . .) Os cortes, as rupturas, situam-se em linhas de continuidade, e só se compreendem e medem verdadeiramente no seu alcance em relação ao que antecede; do contrário temos a criação a partir do nada – o que na realidade acontece é que a ignorância da totalidade do processo nos fecha à compreensão das suas inflexões"* (31).

A insistência em atitudes semelhantes às que foram objeto das respostas de Pierre Vilar, Godinho e outros historiadores, sobretudo por parte de alguns estruturalistas, levou a École Pratique des Hautes Études a publicar um núme-

ro especial dos *Annales*, com o subtítulo *Histoire et Structure* (32). Além da excelente apresentação de André Burguière, que lembrou a contribuição dos historiadores de nosso século para a renovação dos estudos sociais e econômicos reúne, também, trabalhos de renomados autores e que comprovam a importância da metodologia e do labor histórico da atualidade (33). A apresentação ressalta, ainda, a importância da reformulação da problemática histórica e a ampliação metodológica ocorrida, inclusive estudos de estruturas realizados por historiadores desde muitas décadas. Essas contribuições, se, agora, eram reivindicadas, devia-se à insistência com que certos críticos da História timbravam em esquecê-las (34). Não é de estranhar, portanto, os debates que se verificaram em Paris, de grande interesse e certamente proveitosos, pois deles participaram historiadores do porte de Soboul, Labrousse, P. Vilar, sem falar em especialistas de outras áreas como Lucien Goldmann, Levy Strauss e outros (35).

A verdade é que, sobretudo desde Marc Bloch e Lucien Febvre, a historiografia francesa caminhou em direções tão modernas que só hoje os de outras áreas tomam conhecimento, no sentido de integrá-las regularmente na prática das Ciências Humanas. Braudel continuou e ampliou a orientação iniciada na *École Pratique des Hautes Études* (36), tendo saído desse centro trabalhos dos mais expressivos da historiografia mundial. Desde trabalhos de história econômica como o monumental *Séville et l'Atlantique*, de Pierre Chaunu (em 12 vols), até obras de história das mentalidades, onde já se destacavam Lucien Febvre, Marc Bloch e, ainda, Philippe Wolf, Revah, Duby, e alguns outros.

É no setor metodológico, sobretudo, que necessitamos do *know-how* estrangeiro. Muito mais do que de obras interessadas sobre História do Brasil, e que conhecem muito menos do que nós os valores de nossa cultura, quando não os subestimam. Se certas obras estrangeiras são aceitas com facilidade excessiva, enquanto reina quase total indiferença sobre numerosos trabalhos universitários e outros, no mesmo setor, é que ainda é grande a influência do velho colonialismo cultural. Ao mesmo tempo a grande maioria permanece indiferente aos problemas metodológicos, o que agrava a questão, pois só um razoável conhecimento nesse setor permite avaliar, com maior fundamento, o valor e as raízes dos trabalhos apresentados. Tanto mais valor tem, pois, o problema de atualização metodológica, em qualquer ramo ou setor científico que se queira desenvolver. É, pois, condição de existência do próprio setor científico, e da realização de obras necessárias ao seu progresso. De utilidade não só cultural como prática, no que se refere ao país a que pertence o grupo de estudiosos que se dedicam à pesquisa e ao esclarecimento dos diversos problemas nacionais, com suas implicações no plano internacional. O mais é o velho e arcaico preconceito colonial, de que precisamos urgentemente nos livrar, sem histerias mas também sem temor, e de forma realista e lúcida.

BIBLIOGRAFIA

- (1) — Assim os trabalhos do Colóquio de Saint-Cloud, em que eminentes historiadores tomaram parte, na França. Veja-se *História Social* —

Problemas, fontes e métodos, (tradução), Lisboa, Ed. Cosmos, 1973; também a recente tradução espanhola do livro do Prof. Witold Kula – **Problemas y Métodos de la Historia Económica**, Barcelona, Ed. Península, 1974 (2ª ed.).

- (2) – **L'Histoire et ses méthodes**, Paris, Lib. Gallimard, 1961, p. IX.
- (3) – A esse respeito veja-se Heinrich Rickert – **Introducción a los problemas de la Filosofía de la Historia**, Buenos Aires, Ed. Nova, 1961 (tradução), em especial cap. V. da Parte I.
- (4) – Veja-se, entre outros, as belas páginas de Wilhelm Bauer, in **Introducción al estudio de la Historia**, (tradução), Barcelona, Ed. Bosch, 1957 (3ª ed. em espanhol). pp. 17–18; e, mais recente, a conferência de Jean Stengers – *Unité ou diversité de la critique historique*, in **Raisonnement et démarches de l'historien**, Bruxelles, Ed. de E'Institut de Sociologie, 1963, pp. 9–28, em especial o. 28.
- (5) – J. Huizinga – **Sobre el estado actual de la ciencia histórica**, (tradução), Tucuman, Ed. Cervantes, 1934, pp. 83–84.
- (6) – Idem, pp. 85–89.
- (7) – Idem, p. 84.
- (8) – Ibidem
- (9) – Veja-se *Raisonnement et démarches de . . .*, ob.cit., pp. 29–51, em especial pp. 41–51.
- (10) – Idem, pp. 65–81.
- (11) – Pierre Lebrun – *Structure et quantification*, in *Raisonnement et démarches de . . .*, ob. cit. pp. 42–43.
- (12) – M. Jan Craeybeckx – *La notion importance à la lumière de l'histoire moderne*, in *Raisonnement et démarches de . . .*, ob.cit., pp. 66–67.
- (13) – Idem, pp. 67–73 e 77–80.
- (14) – Fernand Braudel – *História e Ciência Social. A longa duração*, (tradução), in *Revista de História*, nº 62, São Paulo, abril-junho, 1965, pp. 261-294.
- (15) – Fernand Braudel – *Positions de l'Histoire en 1950*, in *Ecrits sur l'Histoire*, Paris, Flammarion, 1969, p. 22.

- (16) – Idem, pp. 22–23.
- (17) – Idem, p. 23.
- (18) – Idem, p. 25.
- (19) – Ibidem.
- (20) – Ibidem.
- (21) – Wilhelm Bauer – ob.cit., pp. 17–20.
- (22) – Gilberto Freyre – **Social Life in Brazil in the Middle of the 19th. Century**, 1923 (Universidade de Columbia, U.S.A.).
- (23) – Entre as mais importantes, veja-se: Alice P. Canabrava – **O comércio Português no Rio da Prata (1580–1640)**, S. Paulo, 1944; da mesma autora a famosa tese **A indústria do açúcar nas ilhas inglesas e francesas do mar das Antilhas (1697–1755)**, S. Paulo, 1946; Astrogildo de Melo – **O trabalho de indígenas nas lavouras de Nova Espanha**, S. Paulo; Olga Pantaleão – **A penetração comercial da Inglaterra na América espanhola (1713–1783)**, S. Paulo, 1946; Mafalda Zemella – **O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII**, S. Paulo, 1951; Myriam Ellis – **O monopólio do sal no Estado do Brasil**, S. Paulo, 1955; José Segastião Witter – **A primeira tentativa de organização partidária na República – O Partido Republicano Federal (1893–1897)**, S. Paulo, 1971. Estas apenas algumas das 35 teses de doutoramento até 1971, inclusive a que defendemos em 1969. De Mestrado há havia, na ocasião, 18 teses defendidas na USP. No ano de 1972 foi muito grande o número delas, uma vez que se esgotava o prazo permitido pelo antigo sistema, em que não era exigido cursos de pós-graduação. Só em 1972 o número de teses ultrapassou o total apresentado entre 1942 e 1971.
- (24) – Veja-se nota 21. Note-se que a 1ª ed. da conhecida obra de Bauer, é de 1921.
- (25) – Vicomte d’Avenel – **Paysans et ouvriers depuis sept cents ans**, Paris, A. Colin, 1899.
- (26) – Veja-se conferência e artigo citados nas notas 14 e 15.
- (27) – Louis Althusser y Etienne Balibar – **Para leer El capital** (tradução), México, Siglo XXI ed., 1970, Cap. IV, pp. 101 – 129, em especial pp. 106–107.
- (28) – Veja-se Jean-Claude Forquin – **Lecture d’Althusser**, in **Dialectique Marxiste et pensée structurale**, Paris, C.C.E.S., 1970, p. 19.

- (29) – Pierre Vilar – *La méthode historique*, in *Dialectique* . . ob. cit. p. 43, ver nota 28, anterior.
- (30) – Idem, p. 60.
- (31) – Vitorino Magalhães Godinho – **Ensaio III – Sobre teoria da História e historiografia**, Lisboa, Liv. Sá da Costa, 1971, pp. XIII.
- (32) – **Annales (Economies-Sociétés-Civilisations)**, nºs 3 et 4, Paris, Armand Colin, 1971 – Numero spécial.
- (33) – Entre outros colaboram no nº especial dos **Annales**, cit.: Jacques Le Goff, Le Roy Ladurie, Vidal-Naquet, José Gentil da Silva, Claude Levy-Strauss e outros.
- (34) – André Burguière – *Presentation – Histoire et Structure*, in **Annales**, ob.cit., pp. I–IV, em especial p. II.
- (35) – Veja-se **Sistema e Liberdade – estrutura social e História**, (tradução dos debates em Paris), Lisboa, Ed. Presença, 1968; **Dialectique marxiste et pensée structurale**, ob. cit., em especial a exposição de Pierre Vilar, loc. cit., pp. 35-44.
- (36) – Sobre a questão veja-se Joaquim Barradas de Carvalho – **Da História-Crônica à História-Ciência**, Lisboa, Livros Horizonte, 1972, pp. 67 – 70.